



**Prefeitura Municipal de São José do Seridó  
Gabinete do Prefeito**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº \_\_\_\_\_,  
DE \_\_\_\_\_ DE JANEIRO DE 2026.**

**AUTOR:** Poder Executivo.

**EMENTA:** Dispõe sobre o Plano de Carreira, Remuneração e Estatuto do Magistério Público Municipal de São José do Seridó, e dá outras providências.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ,**

**FAÇO SABER** que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar.

**TÍTULO I  
DO PLANO DE CARREIRA E ESTATUTO DO MAGISTÉRIO**

**CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei Complementar dispõe sobre o Plano de Carreira, Remuneração e Estatuto do Magistério Público Municipal de São José do Seridó/RN, disciplinando o regime jurídico da carreira, sua estrutura, ingresso, desenvolvimento funcional, remuneração, direitos, deveres e vantagens, em conformidade com a Constituição Federal, a Lei Federal n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Lei Federal n.º 11.738, de 16 de julho de 2008 (Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério), e a Lei Federal n.º 14.113, de 25 de dezembro de 2020 (FUNDEB).

Art. 2º Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se por:

I – profissionais do magistério: os professores que exercem funções no âmbito da Educação Básica, nas unidades escolares da rede municipal de ensino ou no órgão central do sistema municipal de educação;

II – professor: o titular de cargo efetivo da Carreira do Magistério Público Municipal;

III – funções de magistério: as atividades de docência e de suporte pedagógico, compreendendo administração escolar, supervisão, coordenação pedagógica,



**Prefeitura Municipal de São José do Seridó  
Gabinete do Prefeito**

planejamento, orientação educacional e inspeção escolar, exercidas nas unidades de ensino ou no órgão central do sistema municipal de educação.

Art. 3º O Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal tem por objetivo assegurar a eficiência e a eficácia do sistema municipal de ensino e a valorização dos profissionais da educação, observando-se:

I – o princípio do merecimento para ingresso e desenvolvimento na carreira, mediante formação, qualificação e avaliação de desempenho;

II – uma sistemática de vencimentos e remuneração justa, compatível com a qualificação profissional, o desempenho funcional e a capacidade financeira do Município.

Art. 4º A carreira do Magistério Público Municipal é regida exclusivamente por esta Lei Complementar, não se aplicando, ainda que subsidiariamente, as disposições do Estatuto Geral dos Servidores Públicos Municipais.

**CAPÍTULO II  
DOS VALORES FUNDAMENTAIS AO EXERCÍCIO DO MAGISTÉRIO**

Art. 5º O exercício do Magistério Público Municipal, fundamenta-se no respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana e orienta-se pelos seguintes valores:

I – compromisso com a liberdade de aprender e ensinar, aliado à responsabilidade profissional;

II – reconhecimento da educação como instrumento essencial para a formação integral do educando e para o desenvolvimento social;

III – valorização do papel social, cultural e econômico da educação no processo de cidadania;

IV – dedicação ao progresso intelectual, ético e social do educando;

V – participação responsável na vida escolar e no aprimoramento contínuo do ensino;

VI – promoção da integração entre escola, família e comunidade;

VII – reconhecimento da dignidade, da relevância social e da valorização do trabalho docente.

**CAPÍTULO III  
DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS**



**Prefeitura Municipal de São José do Seridó  
Gabinete do Prefeito**

Art. 6º A carreira do Magistério Público Municipal rege-se, dentre outros, pelos seguintes princípios:

- I – gestão democrática do ensino público, nos termos da legislação vigente;
- II – garantia de padrão de qualidade do ensino;
- III – valorização do profissional do magistério, com observância da qualificação, do desempenho e da capacidade financeira do Município;
- IV – vinculação entre formação, avaliação de desempenho e desenvolvimento na carreira;
- V – objetividade, transparência e impessoalidade nos critérios de ingresso, avaliação e progressão funcional;
- VI – respeito à dignidade do educando e à função social da educação.

**TÍTULO II  
DA ESTRUTURA DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO**

**CAPÍTULO I  
DA ESTRUTURA DA CARREIRA**

Art. 7º O Quadro da Carreira do Magistério integra o Quadro Permanente de Pessoal do Município e é constituído por servidores estatutários ocupantes do cargo efetivo de Professor, que exercem funções de docência ou de suporte pedagógico, nos termos desta Lei.

**CAPÍTULO II  
DOS NÍVEIS E CLASSES DA CARREIRA**

Art. 8º A carreira do Magistério Público Municipal é integrada pelo cargo de provimento efetivo de Professor e estruturada em 02 (dois) níveis e 10 (dez) classes, observadas as disposições desta Lei Complementar.

Art. 9º O cargo de Professor corresponde a um conjunto de atribuições e responsabilidades, com vencimento-base próprio, definido conforme o nível e a classe ocupados na carreira.

Art. 10. Nível é a posição vertical na carreira do Magistério Público Municipal, definida em razão da formação acadêmica do profissional, assim estabelecida:



**Prefeitura Municipal de São José do Seridó**  
**Gabinete do Prefeito**

I – Nível I: Professor com formação em curso superior de licenciatura plena, reconhecido na forma da legislação educacional vigente;

II – Nível II: Professor com formação em curso superior de licenciatura plena que atenda aos requisitos de titulação acadêmica, na forma e nos limites previstos nesta Lei Complementar.

§ 1º O ingresso na carreira dar-se-á exclusivamente no Nível I, vedado o enquadramento inicial em nível superior.

§ 2º A elevação do Nível I para o Nível II não constitui promoção automática, dependendo do atendimento aos requisitos legais e regulamentares.

Art. 11. Classe é a posição horizontal do profissional do magistério dentro de cada nível da carreira, definida em função do tempo de efetivo exercício e da progressão funcional, sendo identificada pelas letras de “A” a “J”, em ordem crescente.

Art. 12. O ingresso na carreira do Magistério Público Municipal ocorrerá sempre na Classe A do Nível I, mediante aprovação em concurso público.

Art. 13. O desenvolvimento do servidor na carreira dar-se-á:

I – horizontalmente, por progressão funcional, mediante avanço de classe dentro do mesmo nível;

II – verticalmente, por elevação de nível, observados os critérios, interstícios e vedações previstos nesta Lei.

Parágrafo único. É vedada a progressão funcional ou a elevação de nível durante o período de estágio probatório.

**CAPÍTULO III**  
**DO PROVIMENTO DO CARGO DE PROFESSOR**

Art. 14. A investidura no cargo efetivo de Professor da Carreira do Magistério Público Municipal depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, observado o disposto no art. 37, inciso II, da Constituição Federal, bem como a legislação educacional vigente.

§ 1º O concurso público será realizado de acordo com as necessidades do sistema municipal de ensino, respeitada a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

§ 2º A nomeação obedecerá rigorosamente à ordem de classificação final dos candidatos aprovados no certame.



**Prefeitura Municipal de São José do Seridó**  
**Gabinete do Prefeito**

Art. 15. Para a investidura no cargo de Professor, será exigido diploma de curso superior de licenciatura plena, reconhecido pelo órgão competente, nos termos da legislação educacional vigente.

Parágrafo único. Os títulos de pós-graduação, em nível de especialização, mestrado ou doutorado, somente produzirão efeitos para fins de adicional de titulação após o cumprimento do estágio probatório e observados os interstícios previstos nesta Lei Complementar.

Art. 16. O provimento do cargo de Professor observará, além do disposto nos artigos anteriores, as seguintes disposições:

I – a posse dar-se-á na forma e nos prazos previstos na legislação municipal aplicável;

II – o exercício terá início no prazo legal, sob pena de exoneração;

III – o servidor nomeado ficará sujeito ao regime jurídico próprio da carreira do Magistério Público Municipal, nos termos desta Lei Complementar.

**CAPÍTULO IV**  
**DO EXERCÍCIO**

Art. 17. O exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo para o qual o profissional do magistério foi aprovado em concurso público, nomeado, empossado e lotado.

§ 1º O prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício será de 15 (quinze) dias, contados da data da posse, sob pena de exoneração.

§ 2º O início do efetivo exercício deverá ser formalizado por meio de ato administrativo próprio, expedido pela autoridade competente.

Art. 18. A lotação do cargo de Professor é única e centralizada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, competindo a esta a distribuição do servidor nas unidades escolares ou nos órgãos do sistema municipal de ensino, de acordo com as necessidades do serviço.

Art. 19. O exercício do Professor poderá ocorrer:

I – em unidade escolar da rede municipal de ensino;

II – no órgão central do sistema municipal de educação;



**Prefeitura Municipal de São José do Seridó**  
**Gabinete do Prefeito**

III – em outros órgãos do Município, quando no exercício de funções de suporte pedagógico, nos termos desta Lei Complementar.

Art. 20. O Professor deverá exercer suas funções de acordo com a carga horária, o calendário escolar e as normas expedidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, observadas as diretrizes do sistema municipal de ensino.

**CAPÍTULO V**  
**DO ESTÁGIO PROBATÓRIO**

Art. 21. Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para o cargo efetivo de Professor ficará sujeito a estágio probatório pelo período de 3 (três) anos, durante o qual serão avaliadas sua aptidão, capacidade e desempenho para o exercício do cargo, nos termos desta Lei Complementar.

Art. 22. Durante o estágio probatório, o servidor será avaliado de forma objetiva e periódica, observados, dentre outros, os seguintes critérios:

- I – assiduidade e pontualidade;
- II – disciplina e responsabilidade funcional;
- III – eficiência e qualidade no desempenho das atribuições do cargo;
- IV – domínio dos conteúdos da área de atuação;
- V – iniciativa, cooperação e capacidade de relacionamento no ambiente escolar;
- VI – comprometimento com as atividades pedagógicas e administrativas da unidade de ensino;
- VII – respeito às normas legais, regulamentares e institucionais.

Art. 23. A avaliação do estágio probatório será realizada por Comissão Especial de Avaliação, designada por ato da autoridade competente, composta por:

- I – o chefe imediato do servidor em avaliação;
- II – no mínimo 02 (dois) servidores estáveis, preferencialmente integrantes da carreira do magistério, indicados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

§ 1º A Comissão deverá observar critérios objetivos, previamente definidos em regulamento próprio, assegurada a transparência do procedimento avaliativo.



**Prefeitura Municipal de São José do Seridó**  
**Gabinete do Prefeito**

§ 2º O regulamento de avaliação do estágio probatório será expedido por ato do Poder Executivo.

Art. 24. Será considerado apto e adquirirá estabilidade no cargo o servidor que obtiver resultado satisfatório na avaliação final do estágio probatório, nos termos do regulamento.

§ 1º O servidor que não alcançar desempenho satisfatório será exonerado, mediante ato motivado, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º A exoneração por inaptidão no estágio probatório independe da instauração de processo administrativo disciplinar.

Art. 25. Durante o período de estágio probatório, é expressamente vedado ao servidor:

I – progredir funcionalmente de classe;

II – elevar-se de nível na carreira;

III – perceber adicional de titulação, ainda que possua formação acadêmica superior à exigida para o ingresso no cargo;

IV – pleitear enquadramento ou reenquadramento funcional.

Parágrafo único. Qualquer ato administrativo praticado em desacordo com o disposto neste artigo será nulo de pleno direito, não gerando efeitos funcionais ou financeiros.

Art. 26. O tempo de efetivo exercício cumprido durante o estágio probatório será computado para fins de interstício da progressão funcional somente após a aquisição da estabilidade, vedada a antecipação de efeitos financeiros.

**CAPÍTULO VI**  
**DA REMOÇÃO**

Art. 27. A lotação do cargo de Professor é única e centralizada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, à qual compete a distribuição dos profissionais do magistério nas unidades escolares ou nos órgãos do sistema municipal de ensino, conforme as necessidades do serviço.

Art. 28. Remoção é o deslocamento do Professor de uma unidade de ensino para outra, ou para o órgão central do sistema municipal de educação, sem alteração de cargo, nível, classe ou vencimento, observadas as disposições desta Lei Complementar.



**Prefeitura Municipal de São José do Seridó**  
**Gabinete do Prefeito**

Art. 29. Por necessidade do ensino, os Professores poderão ser designados para exercer suas atividades em mais de uma unidade escolar ou remanejados de uma para outra, respeitada a habilitação profissional e a legislação vigente.

Art. 30. A remoção dar-se-á:

I – a pedido do Professor, mediante requerimento administrativo prévio, na existência de vaga e conforme a conveniência da Administração;

II – por interesse da Administração Pública;

III – por permuta, quando os Professores envolvidos possuírem habilitação compatível com a área de atuação;

IV – por motivo de saúde, devidamente comprovado por inspeção médica oficial;

V – por interesse do ensino, devidamente fundamentado;

VI – por motivo de acompanhamento de cônjuge ou companheiro servidor público, quando autorizado pelo Poder Executivo.

§ 1º Os pedidos de remoção deverão ser protocolados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, preferencialmente até 30 (trinta) dias antes do término de cada semestre letivo, ressalvadas as hipóteses de interesse da Administração ou motivo de saúde.

§ 2º O deferimento da remoção a pedido dependerá da existência de vaga e da ordem de protocolo dos requerimentos, observado o interesse público.

§ 3º A remoção dar-se-á, preferencialmente, durante o período de férias ou recessos escolares, salvo nos casos de interesse da Administração ou por motivo de saúde.

§ 4º A remoção por interesse da Administração ou do ensino deverá ser sempre motivada, mediante ato administrativo formal.

§ 5º A remoção por motivo de saúde dependerá de laudo emitido por junta médica oficial.

§ 6º A remoção por permuta poderá ser concedida quando os Professores envolvidos exercerem atividades da mesma natureza, observado o interesse do serviço.

§ 7º O Professor removido terá o prazo de 03 (três) dias úteis para entrar em exercício na nova unidade ou órgão de lotação.

**CAPÍTULO VII**





**Prefeitura Municipal de São José do Seridó  
Gabinete do Prefeito**

**DO REGIME DE TRABALHO**

Art. 31. A jornada de trabalho do Professor do Magistério Público Municipal será fixada em 30 (trinta) horas semanais, observado o interesse do sistema municipal de ensino e a legislação aplicável.

Art. 32. A jornada de trabalho compreenderá:

I – horas destinadas à docência direta com os educandos;

II – horas destinadas a atividades extraclasse, compreendendo planejamento, preparação e avaliação do trabalho pedagógico, reuniões pedagógicas, formação continuada e demais atividades inerentes à função docente.

§ 1º As horas destinadas às atividades extraclasse corresponderão a, no mínimo, 1/3 (um terço) da carga horária semanal do Professor, nos termos do art. 2º, § 4º, da Lei Federal n.º 11.738, de 16 de julho de 2008.

§ 2º A distribuição das horas de docência e das atividades extraclasse será definida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, de acordo com as diretrizes do sistema municipal de ensino e as necessidades pedagógicas das unidades escolares.

Art. 33. A organização da jornada de trabalho do Professor observará, dentre outros, os seguintes critérios:

I – as necessidades do serviço e do calendário escolar;

II – a habilitação profissional e a área de atuação do docente;

III – o interesse público e a eficiência do ensino;

IV – a disponibilidade da rede municipal de ensino.

Art. 34. O Professor poderá, por necessidade do ensino, exercer suas atividades em mais de uma unidade escolar, respeitada a carga horária semanal fixada e a compatibilidade de horários.

Art. 35. A ampliação ou redução da jornada de trabalho somente poderá ocorrer nos casos expressamente previstos em lei ou regulamento, mediante ato administrativo formal e observada a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

**CAPÍTULO VIII  
DOS VENCIMENTOS E DA REMUNERAÇÃO**



**Prefeitura Municipal de São José do Seridó  
Gabinete do Prefeito**

Art. 36. A remuneração do Professor do Magistério Público Municipal corresponde ao vencimento-base relativo à sua posição no nível e na classe da carreira, acrescido exclusivamente das vantagens previstas nesta Lei Complementar.

§ 1º Considera-se vencimento-base o valor fixado em lei para cada nível e classe da carreira do Magistério Público Municipal.

§ 2º É vedada a incorporação de gratificações, adicionais ou vantagens ao vencimento-base, salvo expressa previsão legal.

Art. 37. O vencimento-base inicial da carreira do Magistério Público Municipal corresponderá ao valor fixado para a Classe A do Nível I, observado, no mínimo, o Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério, nos termos da Lei Federal n.º 11.738, de 16 de julho de 2008.

Art. 38. A evolução do vencimento-base na carreira dar-se-á:

I – horizontalmente, por progressão funcional entre as classes, dentro do mesmo nível;

II – verticalmente, por elevação de nível, na forma e nos limites previstos nesta Lei Complementar.

Parágrafo único. A progressão funcional e a elevação de nível não são automáticas, dependendo de prévio requerimento administrativo, do cumprimento dos interstícios legais e da avaliação de desempenho.

Art. 39. Os valores dos vencimentos correspondentes aos níveis e classes da carreira do Magistério Público Municipal constarão de tabela própria, a ser fixada em anexo desta Lei Complementar.

Art. 40. O vencimento do Professor será calculado proporcionalmente à sua jornada de trabalho, observada a carga horária semanal fixada nesta Lei Complementar.

Art. 41. Os vencimentos dos profissionais do magistério somente poderão sofrer os descontos autorizados em lei.

**TÍTULO III  
DA MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA**

**CAPÍTULO I  
DA MOVIMENTAÇÃO FUNCIONAL**

Art. 42. A movimentação funcional dos Professores do Magistério Público Municipal dar-se-á exclusivamente nas seguintes modalidades:



**Prefeitura Municipal de São José do Seridó**  
**Gabinete do Prefeito**

I – progressão funcional;

II – elevação de nível.

Parágrafo único. A movimentação funcional depende, obrigatoriamente, de prévio requerimento administrativo, observado o disposto nesta Lei Complementar.

**SEÇÃO I**  
**DA PROGRESSÃO FUNCIONAL**

Art. 43. A progressão funcional consiste na passagem do Professor de uma classe para a imediatamente superior, dentro do mesmo nível da carreira, ao longo de 10 (dez) classes, identificadas pelas letras de “A” a “J”, observados os critérios e interstícios previstos nesta Lei Complementar.

Art. 44. O Professor fará jus à progressão funcional desde que atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I – cumprimento de interstício mínimo de 48 (quarenta e oito) meses de efetivo exercício na classe;

II – avaliação de desempenho satisfatória;

III – inexistência de penalidade disciplinar definitiva no período do interstício;

IV – formulação de requerimento administrativo prévio.

§ 1º Para a primeira progressão funcional, o interstício será contado a partir da data do início do efetivo exercício do Professor no cargo.

§ 2º É vedada a progressão funcional durante o período de estágio probatório.

Art. 45. A progressão funcional implicará acréscimo remuneratório de 3% (três por cento) sobre o vencimento-base da classe imediatamente anterior, dentro do mesmo nível da carreira.

Parágrafo único. O acréscimo previsto no *caput* incidirá exclusivamente sobre o vencimento-base, vedada sua incorporação para fins de cálculo de outras vantagens, salvo previsão legal expressa.

**SEÇÃO II**  
**DA ELEVAÇÃO DE NÍVEL**



**Prefeitura Municipal de São José do Seridó  
Gabinete do Prefeito**

Art. 46. A elevação de nível consiste na passagem do Professor do Nível I para o Nível II, observados os requisitos previstos nesta Lei Complementar.

Art. 47. A elevação de nível será concedida ao Professor que, cumulativamente:

- I – tenha concluído o estágio probatório;
- II – atenda aos requisitos de titulação acadêmica exigidos para o Nível II;
- III – tenha cumprido o interstício mínimo exigido desde a última movimentação funcional;
- IV – apresente avaliação de desempenho satisfatória;
- V – formule requerimento administrativo expresso.

§ 1º A elevação de nível não possui caráter automático, dependendo de análise administrativa e da disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

§ 2º É vedada a elevação de nível durante o período de estágio probatório.

**CAPÍTULO II  
DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO PARA A MOVIMENTAÇÃO FUNCIONAL**

Art. 48. A avaliação de desempenho para fins de progressão funcional e elevação de nível será realizada por Comissão de Avaliação de Desempenho, designada e regulamentada por ato do Poder Executivo.

Art. 49. Compete à Comissão de Avaliação de Desempenho:

- I – avaliar o desempenho funcional dos Professores, com base em critérios objetivos previamente definidos;
- II – emitir parecer conclusivo sobre o deferimento ou indeferimento da progressão funcional ou da elevação de nível;
- III – apreciar os recursos interpostos pelos interessados.

Art. 50. O Professor que tiver seu pedido de progressão funcional ou elevação de nível indeferido poderá interpor recurso administrativo, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência da decisão.

Parágrafo único. O recurso será dirigido à autoridade competente, nos termos do regulamento, e decidido mediante decisão motivada.



**Prefeitura Municipal de São José do Seridó  
Gabinete do Prefeito**

**CAPÍTULO III  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA**

Art. 51. Nenhuma progressão funcional ou elevação de nível poderá ser concedida em desacordo com os parâmetros estabelecidos nesta Lei Complementar.

Art. 52. A concessão indevida de progressão funcional ou elevação de nível não gera direito adquirido, sendo o ato passível de anulação, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 53. O tempo de afastamento do Professor do efetivo exercício interrompe a contagem do interstício para fins de movimentação funcional, nos casos e condições definidos em regulamento.

Art. 54. O servidor que tiver sua progressão funcional ou elevação de nível deferida indevidamente ficará obrigado a restituir ao erário os valores percebidos em decorrência do ato irregular, observado o devido processo legal.

**TÍTULO IV  
DAS VANTAGENS**

**CAPÍTULO ÚNICO  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE AS VANTAGENS**

Art. 55. Além do vencimento-base, poderão ser concedidas aos Professores do Magistério Público Municipal as vantagens previstas nesta Lei Complementar, observados os limites orçamentários e financeiros do Município e a legislação vigente.

**SEÇÃO I  
DO ADICIONAL DE TITULAÇÃO**

Art. 56. Fica instituído o adicional de titulação, devido ao Professor do Magistério Público Municipal que, após o ingresso na carreira, comprove a obtenção de titulação acadêmica, observado o disposto nesta Lei Complementar.

Art. 57. O adicional de titulação corresponderá aos seguintes percentuais, calculados exclusivamente sobre o vencimento-base do cargo:

I – especialização: 10% (dez por cento);

II – mestrado: 15% (quinze por cento);

III – doutorado: 20% (vinte por cento).



**Prefeitura Municipal de São José do Seridó**  
**Gabinete do Prefeito**

§ 1º Os adicionais de titulação não são cumulativos, sendo devido apenas o de maior valor.

§ 2º O adicional de titulação somente poderá ser concedido após a conclusão do estágio probatório, mediante requerimento administrativo do interessado.

§ 3º Para os fins desta Lei Complementar:

I – considera-se especialização a pós-graduação lato sensu, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, realizada em área correlata à educação ou à área de atuação do Professor, reconhecida pelo Ministério da Educação, na forma da legislação educacional vigente;

II – considera-se mestrado e doutorado a pós-graduação stricto sensu, reconhecida pelo Ministério da Educação e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na forma da legislação educacional vigente.

Art. 58. A concessão do adicional de titulação observará, ainda, os seguintes requisitos:

I – a titulação deverá possuir correlação direta com a área de atuação do Professor ou com a educação;

II – os cursos de pós-graduação deverão ser reconhecidos na forma da legislação educacional vigente;

III – a concessão dependerá de prévio requerimento administrativo, instruído com a documentação comprobatória.

Art. 59. A concessão do adicional de titulação observará, obrigatoriamente, a ordem sequencial das titulações acadêmicas, iniciando-se pela especialização, sendo vedada a concessão direta dos adicionais de mestrado ou de doutorado.

§ 1º O adicional de titulação de mestrado somente poderá ser concedido após o transcurso de interstício mínimo de 4 (quatro) anos da concessão do adicional de especialização.

§ 2º O adicional de titulação de doutorado somente poderá ser concedido após o transcurso de interstício mínimo de 5 (cinco) anos da concessão do adicional de mestrado.

§ 3º Ainda que o Professor possua título acadêmico de mestrado ou de doutorado, o adicional correspondente somente poderá ser concedido após a prévia concessão do adicional de especialização, respeitados a ordem sequencial e os interstícios previstos nesta Lei Complementar.

Art. 60. O adicional de titulação:



**Prefeitura Municipal de São José do Seridó  
Gabinete do Prefeito**

- I – não se incorpora ao vencimento-base para quaisquer efeitos;
- II – não servirá de base de cálculo para outras vantagens;
- III – cessará automaticamente na hipótese de perda dos requisitos legais;
- IV – dependerá, em qualquer hipótese, de prévio requerimento administrativo e de decisão administrativa expressamente motivada, vedada a concessão tácita ou automática.

**SEÇÃO II  
DAS DEMAIS VANTAGENS**

Art. 61. Além do adicional de titulação, poderão ser concedidas aos Professores do Magistério Público Municipal, quando expressamente previstas em lei específica:

I – gratificação pelo exercício da função de Diretor ou Vice-Diretor de unidade escolar, observada a tipologia de cada escola e os critérios definidos em lei própria;

II – gratificação pelo exercício de função comissionada, quando designado para o desempenho de atribuições de direção, chefia ou assessoramento, nos termos da legislação municipal específica;

III – diárias;

IV – décimo terceiro salário;

V – indenizações legalmente previstas.

Parágrafo único. As gratificações e vantagens previstas neste artigo:

- I – não se incorporam ao vencimento-base para quaisquer efeitos;
- II – não servem de base de cálculo para outras vantagens;
- III – cessam automaticamente com o término do exercício da função que lhes deu causa;
- IV – dependem, em qualquer hipótese, de ato formal de designação e de previsão legal específica.

**TÍTULO V  
DOS DEVERES, RESTRIÇÕES E DOS DIREITOS DOS PROFESSORES**



**Prefeitura Municipal de São José do Seridó  
Gabinete do Prefeito**

**CAPÍTULO I  
DOS DEVERES**

Art. 62. São deveres do Professor do Magistério Público Municipal:

I – exercer a docência e as demais funções do magistério com ética, responsabilidade e compromisso com a formação integral do educando;

II – zelar pela qualidade do ensino e pelo regular funcionamento das unidades e órgãos do sistema municipal de educação;

III – observar e cumprir a proposta pedagógica, o plano de trabalho, o calendário escolar e as normas institucionais;

IV – ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, bem como participar das atividades de planejamento, avaliação e formação profissional;

V – manter convivência respeitosa com alunos, pais, colegas e demais membros da comunidade escolar;

VI – adotar estratégias pedagógicas adequadas à aprendizagem e à recuperação dos alunos;

VII – manter-se atualizado quanto aos conteúdos pedagógicos e à legislação educacional;

VIII – comparecer pontualmente ao trabalho e cumprir a jornada e os horários estabelecidos;

IX – zelar pela disciplina, pela integridade dos alunos e pelo bom nome da unidade de ensino;

X – cumprir as determinações legais e regulamentares emanadas da autoridade competente;

XI – manter atualizados os registros, documentos e informações inerentes ao exercício da função.

**CAPÍTULO II  
DAS RESTRIÇÕES**

Art. 63. É vedado ao Professor do Magistério Público Municipal, além do que dispuser esta Lei Complementar e a legislação aplicável:

I – referir-se de forma desrespeitosa a colegas, alunos, autoridades ou membros da comunidade escolar;





**Prefeitura Municipal de São José do Seridó**  
**Gabinete do Prefeito**

II – ausentar-se do serviço sem justificativa legal ou retirar-se do local de trabalho sem autorização;

III – tratar de assuntos particulares durante o horário de trabalho, salvo nos casos permitidos em lei;

IV – valer-se do cargo para obter vantagem pessoal ou para fins estranhos às atribuições do magistério;

V – ministrar aulas particulares remuneradas a alunos sob sua regência;

VI – exceder-se na aplicação de medidas educativas, de forma incompatível com os princípios pedagógicos e legais.

**CAPÍTULO III**  
**DOS DIREITOS**

Art. 64. São direitos do Professor do Magistério Público Municipal:

I – condições adequadas de trabalho e acesso a material didático compatível com as atribuições do cargo;

II – remuneração conforme a carreira, observado o vencimento-base, a progressão funcional, a elevação de nível e as vantagens legalmente previstas;

III – participação no planejamento pedagógico e nas instâncias colegiadas da unidade de ensino;

IV – liberdade de escolha de métodos didáticos e pedagógicos, respeitadas as diretrizes do sistema municipal de ensino;

V – percepção integral dos vencimentos quando designado para o exercício de funções de suporte pedagógico;

VI – acesso a programas de formação continuada e aperfeiçoamento profissional;

VII – período destinado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na jornada de trabalho;

VIII – progressão funcional e elevação de nível, observados os requisitos legais;

IX – respeito às especificidades das funções do magistério;



**Prefeitura Municipal de São José do Seridó**  
**Gabinete do Prefeito**

X – afastamento para exercício de mandato em entidade representativa da categoria, na forma da lei;

XI – retorno à unidade ou órgão de origem ao término dos afastamentos legalmente autorizados.

**CAPÍTULO IV**  
**DAS FÉRIAS**

Art. 65. O Professor do Magistério Público Municipal fará jus a 30 (trinta) dias de férias anuais, independentemente da função exercida, observada a legislação aplicável.

§ 1º As férias do Professor em exercício nas unidades escolares serão concedidas, preferencialmente, nos períodos definidos no calendário como de recesso escolar, de modo a atender às necessidades pedagógicas e administrativas do sistema municipal de ensino.

§ 2º A concessão das férias será formalizada por ato administrativo da autoridade competente.

Art. 66. O recesso escolar, inclusive o de meio de ano, não possui natureza remuneratória, não sendo considerado férias ou vantagem funcional para quaisquer efeitos legais.

Parágrafo único. Durante o período de recesso escolar, o Professor poderá ser convocado para participação em atividades pedagógicas, administrativas ou de formação continuada, sem prejuízo do gozo regular das férias anuais, observado o interesse do serviço.

Art. 67. É vedada a acumulação de férias, salvo por necessidade do serviço público, devidamente justificada e autorizada pela autoridade competente, hipótese em que será permitida a acumulação por, no máximo, um período.

**CAPÍTULO V**  
**DAS LICENÇAS**

Art. 68. O Professor do Magistério Público Municipal poderá afastar-se do exercício do cargo, mediante prévio requerimento administrativo, nos seguintes casos, observadas as condições e limites estabelecidos nesta Lei Complementar:

I – por motivo de doença em pessoa da família;



**Prefeitura Municipal de São José do Seridó**  
**Gabinete do Prefeito**

II – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro;

III – para o serviço militar;

IV – para tratar de interesses particulares;

V – para atividade política;

VI – para tratamento da própria saúde;

VII – por motivo de gestação, parto, adoção e paternidade.

§ 1º As licenças previstas neste artigo serão concedidas pelo prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) meses, contínuos ou não, ressalvadas as hipóteses em que a legislação específica estabelecer prazo diverso.

§ 2º A concessão de qualquer licença dependerá de ato administrativo formal, devidamente motivado, observado o interesse público.

Art. 69. As licenças previstas neste Capítulo não serão remuneradas, salvo quando houver disposição legal expressa em contrário.

Art. 70. O período de licença interrompe a contagem do tempo de efetivo exercício para fins de progressão funcional, elevação de nível e concessão de vantagens, salvo disposição legal expressa em contrário.

Art. 71. O Professor licenciado deverá reassumir o exercício do cargo no primeiro dia útil subsequente ao término da licença, sob pena de caracterização de falta injustificada.

**CAPÍTULO VI**  
**DOS AFASTAMENTOS**

Art. 72. O afastamento do Professor do Magistério Público Municipal de sua unidade ou órgão de lotação para exercício em outra repartição ou entidade somente ocorrerá:

I – nos casos expressamente previstos nesta Lei Complementar;

II – por requisição da Justiça Eleitoral;

III – por necessidade excepcional e devidamente justificada da Administração Pública.

Parágrafo único. O afastamento para exercício em órgãos ou entidades federais, estaduais ou de outros municípios somente será admitido em casos excepcionais



**Prefeitura Municipal de São José do Seridó  
Gabinete do Prefeito**

e de comprovado interesse público, com ou sem ônus para o Município, mediante ato administrativo formal.

Art. 73. O Professor não poderá ausentar-se do Município para estudos, missão especial ou exercício de atividades externas sem prévia autorização do Chefe do Poder Executivo, mediante requerimento administrativo fundamentado.

§ 1º O afastamento para estudos ou missão especial não excederá o prazo de 2 (dois) anos, contínuos ou não, somente sendo permitida nova autorização após decorrido igual período.

§ 2º O prazo previsto no § 1º poderá ser prorrogado por igual período quando o afastamento tiver por finalidade a especialização diretamente relacionada à área de atuação do Professor, observado o interesse público.

§ 3º Em qualquer hipótese, o afastamento dependerá de requerimento prévio, com comprovação da finalidade e da compatibilidade com as atribuições do cargo.

Art. 74. Será considerado afastado do exercício, até decisão final, o Professor que:

I – estiver preso em flagrante ou preventivamente;

II – for pronunciado ou condenado por crime que impeça o exercício da função;

III – estiver respondendo a processo administrativo disciplinar, quando determinado o afastamento cautelar por autoridade competente.

Parágrafo único. O afastamento de que trata este artigo não gera direito à percepção de vantagens, salvo disposição legal expressa.

**TÍTULO VI  
DA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

**CAPÍTULO ÚNICO  
DA ESCOLHA DE DIRETORES E VICE-DIRETORES**

Art. 75. A gestão democrática do ensino público municipal será assegurada por meio de mecanismos de participação da comunidade escolar, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e interesse público.

Art. 76. A escolha dos Diretores e Vice-Diretores das unidades escolares da rede municipal de ensino dar-se-á mediante processo democrático, com a participação da comunidade escolar, na forma prevista em lei específica.



**Prefeitura Municipal de São José do Seridó  
Gabinete do Prefeito**

§ 1º A lei de que trata o caput disciplinará, dentre outros aspectos:

- I – os requisitos para candidatura às funções de Diretor e Vice-Diretor;
- II – o processo de escolha, assegurada a participação da comunidade escolar;
- III – o mandato, as atribuições e as hipóteses de recondução;
- IV – os critérios objetivos de avaliação de desempenho;
- V – as hipóteses de destituição ou substituição.

§ 2º Enquanto não editada a lei específica referida no caput, os Diretores e Vice-Diretores poderão ser designados pelo Chefe do Poder Executivo, mediante ato administrativo fundamentado, observados os critérios de qualificação técnica e interesse público.

**TÍTULO VII  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

Art. 77. Os Professores do Magistério Público Municipal que tenham ingressado no serviço público sob a égide da Lei Complementar Municipal n.º 06, de 5 de março de 2010, poderão optar, de forma expressa e irretratável, pela submissão ao regime jurídico instituído por esta Lei Complementar ou pela permanência no regime jurídico anterior, nos termos do regulamento.

§ 1º A opção de que trata o caput deverá ser formalizada mediante requerimento administrativo, no prazo e na forma estabelecidos em regulamento do Poder Executivo.

§ 2º A ausência de manifestação expressa no prazo fixado implicará a permanência automática do servidor no regime jurídico instituído pela Lei Complementar Municipal n.º 06, de 5 de março de 2010.

§ 3º Para os servidores que optarem por permanecer no regime jurídico anterior, a Lei Complementar Municipal n.º 06, de 5 de março de 2010, continuará produzindo plenamente seus efeitos jurídicos, aplicando-se-lhes exclusivamente as suas disposições, afastada a incidência das normas instituídas por esta Lei Complementar.

§ 4º A opção pelo novo regime jurídico não autoriza a acumulação de vantagens, direitos ou critérios de progressão previstos em legislações distintas, devendo ser observada integralmente a disciplina desta Lei Complementar.



**Prefeitura Municipal de São José do Seridó**  
**Gabinete do Prefeito**

Art. 78. Os servidores que optarem pela submissão ao novo regime jurídico serão enquadrados na carreira do Magistério Público Municipal na forma desta Lei Complementar, observados os critérios de nível, classe e vencimento-base vigentes à época do enquadramento.

Parágrafo único. O enquadramento não gerará direito adquirido a regime jurídico anterior nem implicará garantia de manutenção de vantagens extintas ou não previstas nesta Lei Complementar.

Art. 79. Os efeitos financeiros decorrentes do enquadramento no novo regime jurídico produzir-se-ão a partir da data do deferimento do requerimento administrativo, vedada a retroatividade.

**CAPÍTULO II**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 80. O desenvolvimento funcional, a concessão de vantagens, licenças, afastamentos, progressões, elevação de nível ou quaisquer outros direitos previstos nesta Lei Complementar dependem, obrigatoriamente, de prévio requerimento administrativo, observado o disposto nesta Lei e em regulamento.

Art. 81. O Poder Executivo expedirá os atos regulamentares necessários à fiel execução desta Lei Complementar.

Art. 82. Fica revogada integralmente a Lei Complementar Municipal nº 06, de 5 de março de 2010, bem como todas as disposições em contrário.

Art. 83. As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, e de repasses promovidos pelo Governo Federal.

Art. 84. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativamente a partir de 1º de janeiro de 2026, exclusivamente em relação aos servidores que optarem pelo novo regime jurídico, vedada a retroatividade para os que permanecerem no regime anterior.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, \_\_\_\_ de janeiro de 2026.

**JACKSON DANTAS**  
Prefeito Municipal



**Prefeitura Municipal de São José do Seridó  
Gabinete do Prefeito**

**MENSAGEM N.º 2, DE 22 DE JANEIRO DE 2026.**

A Sua Excelência o Senhor

**Francisco Sales de Medeiros Neto**

Presidente da Câmara Municipal de São José do Seridó/RN

Nesta

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Submeto à elevada apreciação desta Egrégia Câmara Municipal o incluso Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre o Plano de Carreira, Remuneração e Estatuto do Magistério Público Municipal de São José do Seridó.

A presente proposição resulta de um amplo e responsável processo de revisão normativa, voltado à **modernização da legislação do magistério**, à adequação do regime jurídico da carreira às diretrizes constitucionais e federais vigentes e ao **fortalecimento da gestão pública educacional**, com observância dos princípios da legalidade, da eficiência e do interesse público.

O novo Estatuto promove uma **organização mais clara e sistemática da carreira do magistério**, disciplinando de forma objetiva o ingresso, o desenvolvimento funcional, a remuneração, as vantagens, os direitos e os deveres dos profissionais da educação, ao mesmo tempo em que reforça critérios técnicos, transparentes e impessoais para a evolução na carreira. Destaca-se, ainda, que a proposta valoriza a formação continuada, estrutura de modo racional os mecanismos de progressão e titulação e alinha o Município às normas nacionais que regem a educação básica, especialmente no que se refere à jornada de trabalho, às atividades pedagógicas e ao padrão de qualidade do ensino.

Importante ressaltar que o Projeto foi cuidadosamente elaborado de forma a assegurar a segurança jurídica, prevenindo interpretações conflitantes, reduzindo riscos



**Prefeitura Municipal de São José do Seridó**  
**Gabinete do Prefeito**

de judicialização e garantindo maior previsibilidade administrativa e orçamentária ao Município.

**No que se refere aos atuais servidores do magistério, o texto resguarda integralmente os direitos adquiridos**, assegurando-lhes a possibilidade de permanecerem submetidos ao regime jurídico sob o qual ingressaram no serviço público, caso assim optem, em estrita observância aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública.

Trata-se, portanto, de uma proposta que equilibra **valorização profissional, responsabilidade fiscal e aprimoramento institucional**, contribuindo para o fortalecimento da educação pública municipal e para a construção de um sistema de ensino mais eficiente, justo e sustentável.

Diante da relevância da matéria e de seus reflexos positivos para a administração educacional do Município, confio na sensibilidade e no elevado espírito público dos Nobres Vereadores para a apreciação e aprovação do presente Projeto de Lei Complementar.

Renovo a Vossas Excelências protestos de elevada estima e consideração.

**JACKSON DANTAS**  
Prefeito Municipal



## ANEXO I

### TABELA DE VENCIMENTOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

**CARGO:** Professor

**CARGA HORÁRIA:** 30 (trinta) horas semanais

**VIGÊNCIA:** Aplicável aos novos servidores ingressantes a partir de 2026 e aos atuais optantes.

CLASSE	NÍVEL I (Licenciatura Plena)	NÍVEL II (Pós-Graduação / Qualificação)*
<b>A</b>	<b>R\$ 3.650,82</b>	<b>R\$ 4.015,90</b>
<b>B</b>	R\$ 3.760,34	R\$ 4.136,38
<b>C</b>	R\$ 3.873,15	R\$ 4.260,47
<b>D</b>	R\$ 3.989,35	R\$ 4.388,28
<b>E</b>	R\$ 4.109,03	R\$ 4.519,93
<b>F</b>	R\$ 4.232,30	R\$ 4.655,53
<b>G</b>	R\$ 4.359,27	R\$ 4.795,20
<b>H</b>	R\$ 4.490,05	R\$ 4.939,05
<b>I</b>	R\$ 4.624,75	R\$ 5.087,22
<b>J</b>	<b>R\$ 4.763,49</b>	<b>R\$ 5.239,84</b>

*\* Nota Explicativa: O vencimento inicial (Nível I, Classe A) corresponde ao Piso Salarial Profissional Nacional (base 2025) proporcional à jornada de 30h. A progressão horizontal entre classes é de 3% (três por cento) e o interstício vertical entre níveis é de 10% (dez por cento).*

## ANEXO II

### TABELA DE PERCENTUAIS DE ADICIONAL DE TITULAÇÃO

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Art. 56 e Art. 57 desta Lei Complementar.

**BASE DE CÁLCULO:** Incidente sobre o Vencimento-Base do servidor (Nível e Classe ocupados).

TITULAÇÃO / GRAU ACADÊMICO	PERCENTUAL (%)	REQUISITOS
I - ESPECIALIZAÇÃO	10%	Pós-graduação <i>lato sensu</i> (mínimo de 360h) em área correlata à educação ou à área de atuação.
II - MESTRADO	15%	Pós-graduação <i>stricto sensu</i> reconhecida pelo MEC/CAPES.
III - DOUTORADO	20%	Pós-graduação <i>stricto sensu</i> reconhecida pelo MEC/CAPES.

*Nota: Os percentuais não são cumulativos, prevalecendo o de maior grau apresentado, conforme disposto no art. 57, § 1º desta Lei.*

## ANEXO III

### TABELA DE CORRELAÇÃO PARA ENQUADRAMENTO (TRANSIÇÃO)

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Art. 77 e Art. 78 desta Lei Complementar.

**FINALIDADE:** Estabelecer a regra de migração para o novo plano, assegurando a irredutibilidade de vencimentos.

**1. REGRA DE ENQUADRAMENTO:** O servidor que optar pelo novo regime jurídico será posicionado na **Classe** e no **Nível** da nova tabela cujo vencimento-base seja **igual ou imediatamente superior** ao percebido no cargo de origem na data da opção.

#### 2. TABELA DE REFERÊNCIA (SIMULAÇÃO DE MIGRAÇÃO):

SITUAÇÃO ATUAL (Lei Complementar nº 06/2010 e LC nº 118/2025)	<input type="checkbox"/>	NOVO ENQUADRAMENTO (Garantia de Irredutibilidade)
<b>Professor Graduado (Nível I)</b> (Vencimento Base Atual: R\$ 4.198,44)	<input type="checkbox"/>	<b>Nível I - Classe F</b> (Novo Vencimento: R\$ 4.232,30)
<b>Professor Especialista (Nível II)</b> (Vencimento Base Atual: R\$ 4.563,53)	<input type="checkbox"/>	<b>Nível II - Classe F</b> (Novo Vencimento: R\$ 4.655,53)

*Observação: Caso o servidor possua tempo de serviço ou titulação que lhe confira direito a posicionamento diverso, prevalecerá sempre o enquadramento que lhe for financeiramente mais benéfico.*

## ANEXO IV

### TERMO DE OPÇÃO PELO NOVO PLANO DE CARREIRA

*(Art. 77 desta Lei Complementar)*

Eu, \_\_\_\_\_, servidor(a) público(a) municipal, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR**, matrícula nº \_\_\_\_\_, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

( ☐ ) **OPTO** pela adesão ao Plano de Carreira, Remuneração e Estatuto do Magistério Público Municipal instituído pela Lei Complementar nº \_\_\_\_/2026. Declaro estar ciente de que serei enquadrado(a) na nova tabela de vencimentos (Anexo I) observando-se o critério de **vencimento igual ou imediatamente superior**, renunciando às regras de progressão, coeficientes e remuneração da Lei Complementar nº 06/2010.

( ☐ ) **NÃO OPTO** pelo novo plano, preferindo permanecer vinculado(a) ao regime jurídico da Lei Complementar nº 06/2010, passando a integrar Quadro em Extinção, ciente de que não farei jus aos novos benefícios e tabelas da nova Lei.

São José do Seridó/RN, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**Assinatura do Servidor**